

Boletim ^{de} Serviço





ROBERTO DE SOUZA SALLES

Reitor

SIDNEY LUIZ DE MATOS MELLO

Vice – Reitor

ROSANE PIRES FERNANDES

Diretora do Núcleo de Comunicação Social - NUCS

SUMÁRIO

ESTE BOLETIM DE SERVIÇO É CONSTITUÍDO DE 051 (CINQUENTA E UMA) PÁGINAS
CONTENDO AS SEGUINTE MATÉRIAS:

SEÇÃO I

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONVENIAL.....02

SEÇÃO II

PARTE 1

DESPACHOS E DECISÕES

PROGRAD, SUEP.....09

PARTE 2

DESPACHOS E DECISÕES

MMO, GEM.....12

SEÇÃO IV

INSCRIÇÃO PARA O CURSO DE:

MESTRADO PROFISSIONAL EM JUSTIÇA ADMINISTRATIVA.....23

DECISÕES PPGJA.....48

SEÇÃO I

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONVENIAL

PROCESSO: N.º 23069.053483/10-36

INSTRUMENTO: Convênio

PARTÍCIPES: Universidade Federal Fluminense – UFF e Dorex Administração e Participações S.A.

OBJETO: Concessão de Estágios Curriculares Profissionais de complementação educacional a estudantes selecionados que estejam regularmente matriculados e inscritos em disciplina(s) e efetivamente freqüentando Cursos de Graduação da UFF.

PRAZO: 02 (dois) anos, a partir de sua assinatura.

DATA: 21 de setembro de 2010.

RESOLUÇÕES: CEP N.º 125/2011.

ASSINATURAS: **SIDNEY LUIZ DE MATOS MELLO**, Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos da Universidade Federal Fluminense – UFF e **NINA MARGARET WEISS**, Diretora Tesoureira da Dorex Administração e Participações S.A.

Publique-se

IZABEL CRISTINA SOARES DA SILVA
Chefe da Seção de Apoio Técnico – GAR

#####

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONVENIAL

PROCESSO: N.º. 23069.053653/10-82

INSTRUMENTO: Convênio

PARTÍCIPES: Universidade Federal Fluminense – UFF e AMIL Assistência Médica Internacional S/A.

OBJETO: Concessão de Estágios Curriculares Profissionais de complementação educacional a estudantes selecionados que estejam regularmente matriculados e inscritos em disciplina(s) e efetivamente freqüentando Cursos de Graduação da UFF.

PRAZO: 05 (cinco) anos, a partir de sua assinatura.

DATA: 02 de setembro de 2010.

RESOLUÇÕES: CEP N.º 126/2011.

ASSINATURAS: SIDNEY LUIZ DE MATOS MELLO, Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos da Universidade Federal Fluminense – UFF e **LUIZ ALVES FILHO**, Sócio Administrador da AMIL Assistência Médica Internacional S/A.

Publique-se

IZABEL CRISTINA SOARES DA SILVA
Chefe da Seção de Apoio Técnico – GAR
#####

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONVENIAL

PROCESSO: N.º. 23069.054649/10-31

INSTRUMENTO: Convênio

PARTÍCIPES: Universidade Federal Fluminense – UFF e Construtora Andrade Gutierrez S/A.

OBJETO: Concessão de Estágios Curriculares Profissionais de complementação educacional a estudantes selecionados que estejam regularmente matriculados e inscritos em disciplina(s) e efetivamente frequentando Cursos de Graduação da UFF.

PRAZO: 05 (cinco) anos, a partir de sua assinatura.

DATA: 13 de outubro de 2010.

RESOLUÇÕES: CEP N.º 129/2011.

ASSINATURAS: **SIDNEY LUIZ DE MATOS MELLO**, Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos da Universidade Federal Fluminense – UFF e **MONALISA PEDROSA TROUQUIM SILVA**, Gerente da Construtora Andrade Gutierrez S/A.

Publique-se

IZABEL CRISTINA SOARES DA SILVA
Chefe da Seção de Apoio Técnico – GAR
#####

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONVENIAL

PROCESSO: N.º. 23069.054646/10-06

INSTRUMENTO: Convênio

PARTÍCIPES: Universidade Federal Fluminense – UFF e Lecristo Instituto Promotor da Educação Integral e Familiar.

OBJETO: Concessão de Estágios Curriculares Profissionais de complementação educacional a estudantes selecionados que estejam regularmente matriculados e inscritos em disciplina(s) e efetivamente freqüentando Cursos de Graduação da UFF.

PRAZO: 02 (dois) anos, a partir de sua assinatura.

DATA: 05 de outubro de 2010.

RESOLUÇÕES: CEP N.º 128/2011.

ASSINATURAS: **SIDNEY LUIZ DE MATOS MELLO**, Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos da Universidade Federal Fluminense – UFF e **VAGNER DE OLIVEIRA GARCIA**, Administrador do Lecristo Instituto Promotor da Educação Integral e Familiar.

Publique-se

IZABEL CRISTINA SOARES DA SILVA
Chefe da Seção de Apoio Técnico – GAR
#####

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONVENIAL

PROCESSO: N.º. 23069.054645/10-53

INSTRUMENTO: Convênio

PARTÍCIPES: Universidade Federal Fluminense – UFF e Associação Saúde Criança Repensar.

OBJETO: Concessão de Estágios Curriculares Profissionais de complementação educacional a estudantes selecionados que estejam regularmente matriculados e inscritos em disciplina(s) e efetivamente freqüentando Cursos de Graduação da UFF.

PRAZO: 01 (um) ano, a partir de sua assinatura.

DATA: 17 de setembro de 2010.

RESOLUÇÕES: CEP N.º 127/2011.

ASSINATURAS: **SIDNEY LUIZ DE MATOS MELLO**, Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos da Universidade Federal Fluminense – UFF e **FATIMA REGINA ALMEIDA BRANDÃO**, Presidente da Associação Saúde Criança Repensar.

Publique-se

IZABEL CRISTINA SOARES DA SILVA
Chefe da Seção de Apoio Técnico – GAR
#####

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONVENIAL

PROCESSO: N.º. 23069.053480/10-01

INSTRUMENTO: Convênio

PARTÍCIPES: Universidade Federal Fluminense – UFF e Storino Auditores Independentes S/C.

OBJETO: Concessão de Estágios Curriculares Profissionais de complementação educacional a estudantes selecionados que estejam regularmente matriculados e inscritos em disciplina(s) e efetivamente freqüentando Cursos de Graduação da UFF.

PRAZO: 05 (cinco) anos, a partir de sua assinatura.

DATA: 16 de setembro de 2010.

RESOLUÇÕES: CEP N.º 124/2011.

ASSINATURAS: SIDNEY LUIZ DE MATOS MELLO, Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos da Universidade Federal Fluminense – UFF e **RAFAEL MORGADO STORINO BRAGA**, Gerente Administrativo da Storino Auditores Independentes S/C.

Publique-se

IZABEL CRISTINA SOARES DA SILVA
Chefe da Seção de Apoio Técnico – GAR
#####

EXTRATO DE INSTRUMENTO CONVENIAL

PROCESSO: N.º. 23069.052629/10-26

INSTRUMENTO: Convênio

PARTÍCIPES: Universidade Federal Fluminense – UFF e DealMaker Consultoria e Participações Ltda.

OBJETO: Concessão de Estágios Curriculares Profissionais de complementação educacional a estudantes selecionados que estejam regularmente matriculados e inscritos em disciplina(s) e efetivamente freqüentando Cursos de Graduação da UFF.

PRAZO: 05 (cinco) anos, a partir de sua assinatura.

DATA: 01 de setembro de 2010.

RESOLUÇÕES: CEP N.º 147/2011.

ASSINATURAS: **SIDNEY LUIZ DE MATOS MELLO**, Pró-Reitor de Assuntos Acadêmicos da Universidade Federal Fluminense – UFF e **ARNALDO GOMES DA ROCHA**, Sócio da DealMaker Consultoria e Participações Ltda.

Publique-se

IZABEL CRISTINA SOARES DA SILVA
Chefe da Seção de Apoio Técnico – GAR
#####

SEÇÃO II

Parte 1:

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO PROGRAD, N.º 07 de 10 de maio de 2011.

O Pró-Reitor de Graduação da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1 - **Tornar sem efeito** a Determinação de Serviço PROAC n.º 03, de 03 de maio de 2007, que constituiu Comissão de Estudos de Propostas do Novo Regulamento dos Cursos de Graduação da UFF.

2 - **Constituir** Comissão Permanente com objetivo de elaborar Novo Regulamento dos Cursos de Graduação e assessorar os assuntos relativos ao ensino de graduação.

3 - A Comissão terá a seguinte composição:

- MARIA TEREZA DA SILVA COSTA, Mat. SIAPE n.º. 0307949-Presidente da Comissão;
- MARIA HELENA CAMPOS SOARES DE MELLO, Mat. SIAPE n.º.305839 - Vice-Presidente da

Comissão;

- CRISTINA LAVOYER ESCUDEIRO, Mat. SIAPE n.º. 310557;
- LEILA GATTI SOBREIRO, Mat. SIAPE n.º. 1081962;
- JULIANA MAGALHÃES MENEZES, Mat. SIAPE n.º. 1808506;
- RODRIGO CARLOS MARQUES PEREIRA, Mat. SIAPE n.º. 1451529;
- ANA BEATRIZ MONTEIRO FONSECA, Mat. SIAPE n.º. 0311331;
- GILMAR DE ALMEIDA LIMA - Mat. SIAPE n.º. 0304812;
- LEILA MARIA LIMA BOTELHO - Mat. SIAPE n.º. 0305308.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

RENATO CRESPO PEREIRA

Pró-Reitor de Graduação

#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO PROGRAD, N.º 08 de 13 de maio de 2011.

O **Pró-Reitor de Graduação** da Universidade Federal Fluminense, no uso de suas atribuições estatutárias,

RESOLVE:

1- **Constituir** Comissão Permanente com objetivo de regulamentar e operacionalizar o Programa de Monitoria nos Cursos de Graduação da UFF;

2- A Comissão terá a seguinte composição:

- JORGE SIMÕES DE SÁ MARTINS, Mat. SIAPE N° 1352870 - Presidente da Comissão;
- OSIRIS RICARDO BEZERRA MARQUES, Mat. SIAPE N° 3353922 -Vice-Presidente da Comissão;
- DÉBORA DE SOUZA JANOTH FONSECA, Mat. SIAPE N° 1516969;
- CARLA VALERIA VIEIRA GUILARDUCCI FERRAZ, Mat. SIAPE N° 1714677;
- LEONARDO DA SILVA HAMACHER, Mat. SIAPE N° 3436132;
- MARCELO SANTANA FERREIRA, Mat. SIAPE N° 1550265;
- TEREZINHA MARIA FOLHADELLA BENEVIDES LOBIANCO, Mat. SIAPE N° 1551980;
- MARCELO DE OLIVEIRA NUNES - Mat. UFF N° 30847127.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

RENATO CRESPO PEREIRA
Pró-Reitor de Graduação
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO SUEP, N.º 71 de 13 de maio de 2011.

A **Superintendente de Engenharia e Projetos**, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1- **Constituir Comissão de Aceite Definitivo** de serviços de engenharia, com fornecimento dos materiais, para recuperação de encostas e taludes em diversos Campi da Universidade Federal Fluminense, Niterói - RJ. Processo n°. **23069.006.721/2010-14**;

2- **Designar** para compor a referida Comissão, sob a presidência da primeira, os seguintes servidores:

- Engenheiro **ALEXANDRE DE ALMEIDA GOMES**, SIAPE **1730607**;
- Engenheiro **ANTONIO FERNANDO DE ARAÚJO NAVARRO PEREIRA**, SIAPE **1739304**;
- Engenheira **KÁTIA ARAÚJO ALLENDE** SIAPE **306952**;

Esta DTS entrará em vigor na data de sua assinatura.

ELISABETE AIKO HAGIWARA DA SILVA
Superintendente de Engenharia e Projetos
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO SUEP, N.º. 72 de 16 de maio de 2011.

A Superintendente de Engenharia e Projetos, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

1- **Designar** a arquiteta **VALÉRIA FÁTIMA MORAES VAHIA**, SIAPE **311031**, para emissão do Termo de Aceite Definitivo do Projeto Básico Detalhado para Moradia Estudantil, no Campus do Gragoatá. Contrato n.º. 29/2008/SDA. Processo n.º. **23069.004.283/2008-35**.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua assinatura.

ELISABETE AIKO HAGIWARA DA SILVA
Superintendente de Engenharia e Projetos

#####

Parte 4:**DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 01 de 15 de abril de 2011.**

A Chefe do Departamento de Morfologia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores: **VIVIANE ALEXANDRE NUNES**, Mat. SIAPE 2449635, **HILDEBRANDO GOMES BENEDICTO**, Mat. SIAPE 1549191, e **CARLOS ROMUALDO RUEFF BARROSO**, Mat. SIAPE 1787895, como titulares, e **ELLEN CORTEZ CONTREIRAS**, Mat. SIAPE 0386904, como suplente, para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Avaliação de Progressão Funcional dos Docentes do Departamento de Morfologia – Instituto Biomédico.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 02 de 15 de abril de 2011.

A Chefe do Departamento de Morfologia, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores: **CARLA FERREIRA FARIAS LANCETTA**, Mat. SIAPE 1518754, **MARCIO ANTÔNIO BABINSKI**, Mat. SIAPE 13555871, e **JURANDYR DE ABREU CÂMARA FILHO**, Mat. SIAPE 7302727, como titulares, e **MARCO AURÉLIO PEREIRA SAMPAIO**, Mat. SIAPE 0311410-3, como suplente, para, sob a presidência da primeira, compor a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório dos Docentes do Departamento de Morfologia – Instituto Biomédico.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 03 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores: **ROBERTO GODOFREDO FABRI FERREIRA**, Mat. SIAPE 03109455, **ANA LUIZA BASTOS**, Mat. SIAPE 1546952, **MAURÍCIO ALVES CHAGAS**, Mat. SIAPE 1088763, como titulares, e **SIMONE FLORIM DA SILVA**, Mat. SIAPE 1491507, como suplente, para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão de Avaliação para Mudança de Regime de Trabalho para 40 horas em Caráter Excepcional dos Docentes do Departamento de Morfologia – Instituto Biomédico.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 04 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** o professor **EVANDRO MATTOS LOPES**, Mat. SIAPE 0366024, como Coordenador Geral de Monitoria do Departamento de Morfologia, cargo este que não corresponde a Função Gratificada nem Cargo de Direção.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 05 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores **MÁRCIO ANTÔNIO BABINSKI**, Mat. SIAPE 1355587, e **RODRIGO MOTA PACHECO FERNANDES**, Mat. SIAPE 1297597, para a Coordenação e Vice Coordenação, respectivamente, dos Monitores de Anatomia Humana do Departamento de Morfologia, cargo este que não corresponde a Função Gratificada nem Cargo de Direção.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 06 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** o professor **JURANDYR DE ABREU CÂMARA FILHO**, Mat. SIAPE 7302727, para a Coordenação dos Monitores de Anatomia Veterinária do Departamento de Morfologia, cargo este que não corresponde a Função Gratificada nem Cargo de Direção.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 07 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** a professora **DANIELA FRANKLIN DE CARVALHO**, Mat. SIAPE 1177610, como coordenadora dos Monitores de Embriologia do Departamento de Morfologia, cargo este que não corresponde a Função Gratificada nem Cargo de Direção.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 08 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** a professora **SIMONE FLORIM DA SILVA**, Mat. SIAPE 1491507, como Coordenadora dos Monitores de Histologia do Departamento de Morfologia, cargo este que não corresponde a Função Gratificada nem Cargo de Direção.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 09 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores **VIVIANE ALEXANDRE NUNES**, Mat. SIAPE 2449635, e **MARCO AURÉLIO RAMOS DOS SANTOS BARBOSA**, Mat. SIAPE 0311517, para compor a Comissão de Gerenciamento dos Biotérios do Departamento de Morfologia – Instituto Biomédico.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 10 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** as professoras: **ANA LUIZA BASTOS**, Mat. SIAPE 1546952, e **MARIA CRISTINA DORNAS**, Mat. SIAPE 2373275, Membros Titulares, e os professores **CARLOS ALBERTO ARAÚJO CHAGAS**, Mat. SIAPE 0311366, e **RAFAEL LUIZ DE ANDRADE ZORZI**, Mat. SIAPE 1524022, Membros Suplentes, para representarem o Departamento de Morfologia junto ao Colegiado do Curso de Graduação em Medicina da UFF.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 11 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores: **CARLA FERREIRA FARIAS LANCETTA**, Mat. SIAPE 1518754, Membro Titular, e **MARCIO ANTONIO BABINSKI**, Mat. SIAPE 1355587, Membro Suplente, para representarem o Departamento de Morfologia junto ao Colegiado do Curso de Graduação em Biomedicina da UFF.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 12 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores: **SIMONE FLORIM DA SILVA**, Mat SIAPE 1491507, Membro Titular, e **RODRIGO MOTA PACHECO FERNANDES**, Mat SIAPE 1297597, Membro Suplente, para representarem o Departamento de Morfologia junto ao Colegiado do Curso de Graduação em Ciências Biológicas da UFF.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 13 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** o professor: **CARLOS ROMUALDO RUEFF BARROSO**, Mat. SIAPE 1787895 como Membro Titular, para representar o Departamento de Morfologia junto ao Colegiado do Curso de Graduação em Farmácia da UFF;

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 14 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores: **ELLEN CORTEZ CONTREIRAS**, Mat. SIAPE 0386904, Membro Titular, e **JOÃO CARLOS VASCONCELOS PONTES**, Mat. SIAPE 0311542, Membro Suplente, para representarem o Departamento de Morfologia junto ao Colegiado do Curso de Graduação em Nutrição da UFF.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 15 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores: **DANIELA FRANKLIN DE CARVALHO**, Mat. SIAPE 1177610, Membro Titular, e **JOÃO CARLOS VASCONCELOS PONTES**, Mat. SIAPE 0311542, Membro Suplente, para representarem o Departamento de Morfologia junto ao Colegiado do Curso de Graduação em Odontologia da UFF.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 16 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores: **MARIA CRISTINA DORNAS**, Mat. SIAPE 2373275, Membro Titular, e **MARCIO ANTONIO BABINSKI**, Mat. SIAPE 1355587, Membro Suplente, para representarem o Departamento de Morfologia junto ao Colegiado do Curso de Graduação em Educação Física da UFF.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 17 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores: **ROBERTO GODOFREDO FABRI FERREIRA**, Mat. SIAPE 0310455, Membro Titular, e **RAFAEL LUIZ DE ANDRADE ZORZI**, Mat. SIAPE 1524022, Membro Suplente, para representarem o Departamento de Morfologia junto ao Colegiado do Curso de Graduação em Psicologia da UFF.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO N.º 18 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores: **CARLOS ALBERTO ARAÚJO CHAGAS**, Mat. SIAPE 0311366, Membro Titular, e **LUIZ CARLOS NOGUEIRA**, Mat SIAPE 0303951, Membro Suplente, para representarem o Departamento de Morfologia junto ao Colegiado do Curso de Graduação em Enfermagem da UFF.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 19 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores: **MAURO ROBERTO RODRIGUES**, Mat. SIAPE 0983481, Membro Titular, e **MARCO AURÉLIO RAMOS DOS SANTOS BARBOSA**, Mat. SIAPE 0311517, Membro Suplente, para representarem o Departamento de Morfologia junto ao Colegiado do Curso de Graduação em Medicina Veterinária da UFF.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO MMO, N.º 20 de 15 de abril de 2011.

A **Chefe do Departamento de Morfologia**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

1- **Designar** as professoras: **MARIA CRISTINA DORNAS**, Mat. SIAPE 2373275, e **ANA LUIZA BASTOS**, Mat. SIAPE 1546952, para Representarem o Departamento de Morfologia no Curso de Integração do Currículo da Graduação em Medicina da UFF.

Esta DTS entrará em vigor na data de sua publicação.

SIMONE FLORIM DA SILVA
Chefe do Departamento de Morfologia
#####

Visto:

RITA LEAL PAIXÃO
Diretora do Instituto Biomédico
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO GEM, N.º 08 de 05 de maio de 2011.

EMENTA: Constitui Banca Avaliadora de Processo de Solicitação de Progressão Funcional.

A Chefe do Departamento de Educação Matemática – GEM, no uso de suas atribuições, regimentais e estatutárias,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores **CLÁUDIO SAIANI**, matrícula SIAPE n.º 1519674 (**presidente**), **CÉLIA MARIA LIRA JANNUZZI**, matrícula SIAPE n.º 310779 e Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite Benedito, matrícula SIAPE n.º 1639570, lotados no Departamento de Educação Matemática, para comporem a Banca de Avaliação de Progressão Funcional da Prof.^a **BERNARDINA MARIA DE SOUSA LEAL**, matrícula SIAPE n.º 1307431, no prazo de 90 (noventa) dias.

Esta DTS entra em vigor na presente data.

LEILIANE COUTINHO DA SILVA RAMOS
Chefe do Departamento de Educação Matemática
#####

DETERMINAÇÃO DE SERVIÇO GEM, N.º 09 de 05 de maio de 2011.

EMENTA: Constitui Comissão Avaliadora de Estágio Probatório.

A Chefe do Departamento de Educação Matemática - GEM, no uso de suas atribuições, regimentais e estatutárias,

RESOLVE:

1- **Designar** os professores **CLÁUDIO SAIANI**, matrícula SIAPE n.º 1519674 , **CÉLIA MARIA LIRA JANNUZZI**, matrícula SIAPE 310779 e **LUCIANO GOMES DE MEDEIROS JUNIOR** , matrícula SIAPE n.º 1806853, sob a presidência do primeiro, para avaliar o estágio probatório do professor **MARCELO NOCELLE DE ALMEIDA** .

Esta DTS entra em vigor na data de sua publicação.

LEILIANE COUTINHO DA SILVA RAMOS
Chefe do Departamento de Educação Matemática
#####

SEÇÃO IV

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO JUSTIÇA ADMINISTRATIVA (PPGJA) - CURSO DE MESTRADO PROFISSIONAL

EDITAL DE SELEÇÃO - TURMA 2012

Secretaria Executiva do PPGJA

Núcleo de Ciências do Poder Judiciário (Nupej), Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Rua Professor Hernani Melo, nº 84, São Domingos, Niterói-RJ, CEP: 24.210-130.

Tel.: 55 (21) 2629-2511

Atendimento: 2ª a 6ª feira, das 11h às 16h.

E-mail: < secretaria_ppgja@nupej.uff.br >

A Universidade Federal Fluminense (UFF), com apoio da Justiça Federal do Rio de Janeiro, torna público que, no período de 25 a 29 de julho de 2011, estarão abertas as inscrições para a seleção dos candidatos ao ingresso no Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa (PPGJA).

1. MESTRADO PROFISSIONAL

1.1. Resumo

O Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa/PPGJA (Mestrado Profissional) foi impulsionado pelas atividades de pesquisa e de ensino voltadas para a efetividade da jurisdição que foram desenvolvidas na Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria – de 10 anos – com o Conselho da Justiça Federal, junto ao Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ-CNPq), e com o apoio de instituições judiciárias e científicas, na Europa e América Latina. Além de objetivar a formação de profissionais aptos a contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema judicial de proteção do cidadão em face da Administração Pública, intenciona promover a pesquisa nas áreas de conhecimento – as fundamentais e as instrumentais à prestação jurisdicional administrativa –, de modo que a investigação científica passe a ser considerada uma permanente ferramenta de trabalho daqueles que atuam perante os órgãos que julgam a Administração Pública. Portanto, preocupado com a área meio e a área fim dos órgãos de justiça administrativa, o PPGJA está pautado em linhas e projetos de investigação interdisciplinares, nacionais e internacionais – de relevância para a Justiça Federal brasileira segundo o próprio Conselho da Justiça Federal – e que possuem lastro nos Programas de Pós-Graduação (Mestrado Acadêmico e Doutorado) da UFF, nas áreas da Sociologia e Direito, Economia, História, Filosofia, Psicologia, Saúde Coletiva, Comunicação Social, Ciência da Informação, Matemática e Ciência da Computação. Parte do seu conteúdo programático foi incorporada em projeto de ensino específico, financiado pelo DAAD. O corpo docente permanente da presente proposta, composto de 13 professores, 100% do quadro efetivo da UFF. Com exceção de um desses docentes, que possui regime integral, os demais mantêm o de dedicação exclusiva. O corpo docente colaborador compreende três docentes que foram escolhidos dentre diversos estrangeiros que vêm mantendo uma constante cooperação com o GPEJ. Essa escolha espelha estrategicamente os objetivos acadêmicos do PPGJA, pois associa dois professores alemães e um francês, acompanhando a perspectiva comparada Europa – América Latina, a partir dos sistemas alemão e francês – que são os paradigmas para os sistemas judiciais administrativos na América Latina.

1.2. Contextualização

As expressões “justiça administrativa” e “jurisdição administrativa” indicam os órgãos jurisdicionais destinados ao julgamento dos litígios de direito público ou de interesse da Administração Pública (justiça administrativa) e a natureza e o alcance da jurisdição prestada pelos mesmos (jurisdição administrativa), independentemente da existência ou não de um sistema administrativista ou judicialista, monista ou dualista, do controle judicial da Administração Pública, de acordo com o entendimento adotado pelos membros da equipe do projeto euro-americano “Código modelo de jurisdição administrativa”, do Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ), quando da reunião ocorrida em setembro de 2006, na Universidade Alemã de Ciências da Administração Pública de Speyer (DHV), Alemanha, e da qual participaram especialistas do Brasil, Alemanha, França, Espanha, Argentina e Venezuela.

A abordagem acadêmica, em nível *stricto sensu*, sobre a “justiça administrativa” e a “jurisdição administrativa” **é absolutamente inédita no Brasil**, que, contrariamente à maioria esmagadora dos Estados latino-americanos e europeus, não possui uma legislação processual que consagre os princípios adequados aos litígios judiciais de direito público ou de interesse da Administração Pública – o que pode ser considerado uma das principais causas da falta de efetividade da proteção judicial do cidadão frente à Administração Pública e, inclusive, capaz de dificultar a consolidação do Estado de Direito. Como consequência dessa lacuna legislativa, no âmbito dos cursos de graduação e de pós-graduação das faculdades de Direito no país, o tema acabou no limbo, nem no direito processual civil nem no direito administrativo – mas numa zona cinzenta – fato que despertou o interesse da Faculdade de Direito da UFF em investir no desenvolvimento de atividades de pesquisa, ensino e extensão nessa área, dentre as quais um curso de especialização voltado para juízes federais, contando para tanto, desde 1999, com o apoio do Conselho da Justiça Federal – órgão que coordena financeira e administrativamente a Justiça Federal, ramo do Poder Judiciário brasileiro que tem por missão predominante julgar justamente os litígios de interesse da Administração Pública federal.

A iniciativa do Grupo de Pesquisa GPEJ, que desde o seu surgimento em 2002 associa o Direito à Sociologia no desenvolvimento de atividades acadêmicas destinadas à efetividade da jurisdição administrativa, veio a ser chancelada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) – instituída pela Emenda Constitucional nº 45 – quando do advento de suas Resoluções nºs 1 e 2. No mesmo sentido, decidiu o Conselho da Justiça Federal (Projeto Político Pedagógico do Plano Nacional de Aperfeiçoamento e de Pesquisa para juízes federais/PNA – 2008/2009) que “as profundas transformações nas áreas econômica, política e sociocultural, tanto no plano científico como tecnológico e operacional, ocorridas, em ritmo cada vez mais acelerado, nos últimos tempos, requerem uma mudança de atitude do Judiciário e dos magistrados para que possam corresponder aos atuais anseios da sociedade. A natureza das demandas atuais exige do magistrado um conhecimento cada vez mais amplo e multidisciplinar: As novas gerações de juízes e magistrados deverão ser equipados com conhecimentos vastos e diversificados (econômicos, sociológicos, políticos) sobre a sociedade em geral e sobre a administração da justiça em particular”.

De fato, é consenso que o impacto socioeconômico da jurisdição administrativa, bem como a crescente judicialização das políticas públicas, exige daqueles que atuam perante órgãos de justiça administrativa conhecimentos específicos de ciências afins, como Sociologia, Economia, Saúde Coletiva ou Meio Ambiente. Por outro lado, uma jurisdição de qualidade não depende tão-somente dos conhecimentos necessários à solução de um litígio (atividade fim), mas também de conhecimentos sobre ciências – ditas auxiliares e dirigidas a juízes ou a administradores do judiciário – que propiciem os meios e infraestrutura adequados àquela prestação jurisdicional (atividade meio).

Portanto, além de um **aprofundamento** das atividades de ensino, partindo, de um curso de especialização destinado a juízes federais, para um mestrado profissional, como reflexo direto das pesquisas na área – em nível internacional – sediadas na Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF), pensou-se em uma **ampliação horizontal**, de modo a otimizar na mesma direção as demais atividades e projetos de pesquisa vinculados ao tema “efetividade da jurisdição” e em desenvolvimento isoladamente nas diversas células departamentais da própria UFF no âmbito dos seguintes cursos de graduação e programas de pós-graduação stricto sensu: Ciências Sociais (graduação e mestrado acadêmico); Direito (graduação e mestrado acadêmico); Sociologia e Direito (mestrado acadêmico e doutorado); Economia (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); História (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Ciências Políticas (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Filosofia (graduação); Psicologia (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Saúde Coletiva (mestrado acadêmico); Comunicação Social (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Ciência da Informação (graduação, mestrado acadêmico e doutorado); Ciência da Computação (graduação, mestrado acadêmico e doutorado). Dessa maneira, o Curso de Mestrado Profissional Justiça Administrativa, que pretende ser um mestrado independente, mantém com os citados cursos de graduação e programas de pós-graduação uma relação alimentada pelos projetos de pesquisa existentes, sendo por estes impulsionados, sem prejuízo – frise-se – dos projetos de pesquisa interdisciplinares instituídos no âmbito do Grupo GPEJ.

1.3. Objetivo – perfil profissional a ser formado

O Mestrado Profissional do PPGJA, além de objetivar a formação de profissionais aptos a contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento do sistema judicial de proteção do cidadão frente à Administração Pública, intenciona a implementação de pesquisa nas áreas de conhecimento, notadamente as fundamentais e as instrumentais à prestação jurisdicional administrativa, de modo que a investigação científica passe a ser considerada uma permanente ferramenta de trabalho daqueles que atuam perante os órgãos que julgam a Administração Pública.

1.4. Linhas de pesquisa

1.4.1. Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito

Objetiva uma reflexão sobre os princípios vetores e o alcance da denominada "jurisdição administrativa" – exercida pelo Poder Judiciário – a partir do aprofundamento em conhecimentos jurídicos, históricos, políticos e sociológicos fundamentais para o exercício adequado daquela função estatal, além de buscar uma maior compreensão dos valores considerados nas políticas públicas, em especial as de saúde, financeira e ambiental, propiciando uma visão mais larga do impacto da jurisdição administrativa, que, necessariamente, é fruto da ponderação daqueles mesmos valores, entre si ou entre outros de igual peso constitucional (vida, liberdade, propriedade, segurança, etc.).

1.4.2. Inovações na gestão dos órgãos de justiça administrativa

Busca aprofundar conhecimentos técnico-científicos e instrumentais para o exercício da jurisdição administrativa, valendo-se da Filosofia, Lógica e Hermenêutica, Mídia, Gestão Documental, Arquivologia, Inovações Tecnológicas, e Estatística Judiciária.

1.5. Projetos de pesquisa

De acordo com a subárea escolhida e sua correspondente linha de pesquisa, os discentes poderão ser convidados a participar da equipe de projetos de investigação em desenvolvimento no âmbito do Núcleo de Ciências do Poder Judiciário da Universidade Federal Fluminense (Nupej-UFF). Esses projetos, cuja descrição encontra-se no Anexo I, estão assim agrupados:

Linhas de pesquisa	Projetos de pesquisa*
Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito	1. Código modelo euro-americano de jurisdição administrativa
	2. A formação da justiça administrativa no Brasil
	3. Impacto econômico da jurisdição administrativa
	4. Judicialização das políticas de saúde
Inovações na gestão dos órgãos de justiça administrativa	5. Dinâmica da produção do conhecimento em Direito: da gestão documental à comunicação científica
	6. Ética, Mídia e Judiciário

* Ementas: Anexo I

1.6. Disciplinas

1.6.1. Disciplinas obrigatórias *

Bases históricas e políticas da justiça administrativa
Princípios fundamentais e regras gerais da jurisdição administrativa
Análise econômica do interesse público
Metodologia da pesquisa científica e jurídica

1.6.2. Disciplinas optativas *

Linha de pesquisa	Disciplina optativa
Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito	Interesse público e escolha pública
	Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado
	Economia e judicialização das políticas ambientais
	Impacto social da jurisdição administrativa
	A cooperação interjurisdicional e as causas transnacionais de interesse estatal
Inovações na gestão dos órgãos de justiça administrativa	Ética e Judiciário
	Argumentação, lógica e fundamentação das decisões judiciais
	Imprensa, mídia e jurisdição
	Comunicação científica, gestão documental e arquivística
	Inovações tecnológicas e estatística judiciária

* Ementas: Anexo I

1.7. Estrutura curricular (Resolução CEP nº 294/2009)

O Curso de Mestrado terá a duração e carga horária de 720 (setecentos e vinte) horas equivalentes a 48 (quarenta e oito) créditos. Cada unidade de crédito corresponde a 15 (quinze) horas de aula ou de atividades.

Constituem atividades programadas a participação em seminários de pesquisa, eventos e missões científicas realizados no âmbito do PPGJA, estudos supervisionados por docente do PPGJA, dentre outras a critério do Colegiado. As atividades programadas serão relacionadas com o objeto da dissertação do mestrando.

Para integralizar 720 horas (48 créditos), o discente deverá observar o seguinte:

- a) 4 disciplinas obrigatórias, cada uma com 45 horas (3 créditos), e 4 disciplinas optativas, cada uma também com 45 horas (3 créditos), em um total de 360 horas (24 créditos).
- b) 2 atividades programadas, cada uma com 45 horas (3 créditos), em um total de 90 horas (6 créditos).
- c) elaboração e defesa de projeto (exame de qualificação), em 60 horas (4 créditos), e elaboração e defesa do trabalho final, em 210 horas (14 créditos).

1.8. Desenvolvimento

As aulas e as atividades programadas serão inteiramente presenciais e ocorrerão uma vez por mês, durante uma semana, nos dias e horários abaixo fixados.

No ano 2012, tais aulas e atividades ocorrerão das 8h às 13h e das 15h às 19h, nos períodos de 12 a 16 de março, 9 a 13 de abril, 7 a 11 de maio, 11 a 15 de junho, 2 a 6 de julho, 30 de julho a 3 de agosto, 27 a 31 de agosto, 24 a 28 de setembro, 22 a 26 de outubro, 5 a 9 de novembro, e 26 a 30 de novembro.

1.9. Corpo docente

1.9.1. Corpo permanente

CARLOS GABRIEL GUIMARÃES

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4782935P7>

CARMEM APARECIDA DO VALLE COSTA FEIJÓ

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4781071Z2>

EDSON ALVISI NEVES

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4730994Z3>

FABIANA D'ANDREA RAMOS

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4799779H1>

GILVAN LUIZ HANSEN

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4766764P9>

LUIZ MANOEL SILVA DE FIGUEIREDO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4788566T5>

MARIA LÍVIA DO NASCIMENTO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4787345Y0>

RICARDO PERLINGEIRO MENDES DA SILVA

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4792663T6>

ROSA INÊS DE NOVAIS CORDEIRO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4788682H0>

RUY AFONSO DE SANTACRUZ LIMA

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=W134154>

SANDRA LÚCIA REBEL GOMES

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4799427E7>

SYLVIA MORETZSOHN

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4713107E5>

TÚLIO BATISTA FRANCO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4758000P1>

WILSON MADEIRA FILHO

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4785572J7>**1.9.2. Corpo colaborador**DAVID CAPITANT <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=K4247604Z8>HERMANN-JOSEF BLANKE <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=W120485>

KARL PETER SOMMERMANN

<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.jsp?id=W121820>**2. INSCRIÇÕES****2.1. Público alvo**

O Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa (PPGJA) é dirigido a profissionais graduados com **experiência comprovada** no âmbito dos órgãos jurisdicionais que julgam a Administração Pública.

2.2. Vagas e subáreas

Serão oferecidas, no total, 22 (vinte e duas) vagas, dentre as quais 2 (duas) serão reservadas, na subárea Justiça Administrativa e Estado de Direito, para estrangeiros não residentes no Brasil. As vagas oferecidas serão distribuídas por subáreas (conforme a tabela abaixo), que deverão ser indicadas pelos candidatos no momento da inscrição, ao apresentarem o seu pré-projeto de dissertação, e às quais permanecerão vinculados para sua dissertação final.

Linha de pesquisa	Subárea	Vagas para brasileiros ou estrangeiros residentes no Brasil	Vagas para estrangeiros não residentes no Brasil
Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito	Justiça Administrativa e Estado de Direito	3	2
	Justiça Administrativa e História	2	-
	Justiça Administrativa e Economia	2	-
	Justiça Administrativa e Saúde Coletiva	3	-
Inovações na gestão dos órgãos de justiça administrativa	Justiça Administrativa e Ética	2	-
	Justiça Administrativa e Mídia	2	-
	Justiça Administrativa e Ciência da Informação	2	-
	Justiça Administrativa e Argumentação Jurídica	2	-

	Justiça Administrativa e Inovações Tecnológicas	2	-
--	---	---	---

2.3. Período e local das inscrições

2.3.1. Inscrição presencial (pessoal ou por representação)

2.3.1.1. Período/Horário: **25 a 29 de julho de 2011**, de 2ª a 6ª feira, das 09h às 12h e das 14h às 17h.

2.3.1.2. Local: Secretaria Executiva do PPGJA, Núcleo de Ciências do Poder Judiciário (Nupej), localizado na Rua Professor Hernani Melo, nº 84, São Domingos, Niterói-RJ, e-mail: <secretaria_ppgja@nupej.uff.br>, tel.: 55 (21) 2629-2511.

2.3.2. Inscrição à distância (via postal – por SEDEX, com aviso de recebimento – para o “Gabinete da 2ª Vara Federal de Niterói, Rua Cel. Gomes Machado, 75, 4º andar, CEP: 24.020-067, Centro, Niterói-RJ, BRASIL”), **no período de 25 a 29 de julho de 2011**, condicionada ao encaminhamento via postal, dentro do mesmo prazo (comprovado pela data de carimbo da postagem), da ficha de inscrição e demais documentos. Neste caso, o candidato deverá enviar um e-mail para <secretaria_ppgja@nupej.uff.br> com os dados constantes na ficha de inscrição, bem como o número de registro do SEDEX (comprovante de postagem).

2.4. Documentos necessários

Os candidatos deverão apresentar, no ato da inscrição, os documentos abaixo relacionados:

2.4.1. Ficha de inscrição 2012 (Anexo II), impressa e preenchida em computador.

2.4.2. Duas fotografias 3x4.

2.4.3. Cópia da carteira de identidade e do CPF (ou passaporte, para estrangeiros não residentes); do diploma do curso de graduação em qualquer área de conhecimento (ou, caso o candidato não possua tal diploma, no momento da inscrição, poderá apresentar uma declaração da Faculdade atestando que o mesmo concluiu a graduação, condicionado, porém, à posterior apresentação do diploma); e do histórico escolar da graduação.

2.4.4. Carta justificando o interesse do candidato pelo Curso, explicitando, ainda, a relação deste com seus objetivos profissionais.

2.4.5. Pré-projeto de dissertação, com até 30 (trinta) páginas, redigido em português ou espanhol, onde deverá constar, de acordo com o Anexo III: o nome do candidato, o tema de pesquisa, a hipótese de trabalho, sua relevância e viabilidade, o estado atual sobre a questão levantada, uma discussão conceitual e metodológica, as fontes de investigação, a bibliografia básica e o cronograma de trabalho.

2.4.6. Currículo, apresentado preferencialmente no modelo Lattes - disponível para preenchimento no site <<http://lattes.cnpq.br/>> - ou segundo o padrão do Anexo IV. Os comprovantes correspondentes (cópias de diplomas, certificados, declarações, capas de publicações, índice e ficha catalográfica, quando houver, etc.) deverão ser encadernados, numerados e entregues em uma única via somente quando da realização da segunda etapa do concurso.

2.4.7. Ficha cadastral (Anexo VI) devidamente preenchida e assinada.

2.4.8. A Ficha de inscrição 2012, a carta, o pré-projeto de dissertação e o currículo deverão ser apresentados em 2 (duas) vias, separadamente, e encadernadas nesta ordem. Os documentos referentes aos itens 2.4.2, 2.4.3 e 2.4.7 sem encadernação, deverão ser encaminhados em um envelope não lacrado. Somente serão aceitas as inscrições que apresentarem toda a documentação exigida.

3. SELEÇÃO

O processo seletivo será constituído de 2 (duas) etapas. O candidato que faltar a qualquer uma dessas etapas será eliminado.

3.1. Primeira etapa

3.1.1. Os candidatos inscritos submeter-se-ão a uma seleção constituída de 2 (duas) etapas, compondo-se a primeira etapa de prova de conteúdo escrita, com 2 (duas) questões relacionadas com a subárea escolhida pelo candidato no momento da inscrição, que versarão sobre a bibliografia indicada (Anexo V) e terá duração de 3 (três) horas, vedada a consulta, e de uma prova de proficiência em língua estrangeira (a escolher: alemão, francês ou inglês), com duração de 1 (uma) hora, visando aferir a capacidade de compreensão de texto sobre questões afetas ao Programa, sendo facultado o uso de dicionário em papel.

3.1.2. Cada prova escrita terá o valor máximo de 10,0 (dez) e será eliminatória. Serão eliminados os candidatos que não atingirem o grau numérico mínimo 7,0 (sete) em cada prova. A nota da prova de conteúdo comporá a nota final dos candidatos com peso 4,0 (quatro) e a de língua estrangeira com peso 1,0 (um).

3.2. Segunda etapa

3.2.1. A segunda etapa, também de caráter eliminatório, consistirá em duas fases, cuja nota máxima será 10,0 (dez) pontos cada uma.

3.2.2. 1ª fase: Avaliação e defesa oral do pré-projeto de dissertação (Anexo II).

3.2.3. No pré-projeto, serão considerados os seguintes pontos: a) importância para o aperfeiçoamento do sistema judiciário referente aos órgãos que julgam as causas de interesse da Administração Pública; b) adequação fundamentada às linhas de pesquisa do Programa e à subárea escolhida; c) domínio da bibliografia básica sobre o tema proposto; d) construção do problema de pesquisa; e) metodologia.

3.2.4. 2ª fase: Entrevistas individuais com apresentação do curriculum vitae.

3.2.5. Nesta oportunidade o candidato deverá apresentar oralmente, sua trajetória acadêmica e profissional (de acordo com seu CV), assim como as contribuições que espera encontrar e fornecer ao Programa (carta justificando o interesse).

3.2.6. A pontuação do curriculum vitae seguirá os seguintes parâmetros:

Título	Ponto
Formação acadêmica (extensão, especialização) relacionada com a subárea escolhida	2,0
Experiência profissional relacionada com a subárea escolhida	5,0
Publicações de artigos ou livros relacionados com a subárea escolhida	2,0
Participação em eventos acadêmicos relacionados com a subárea escolhida	1,0

3.2.7. Serão aprovados na segunda etapa os candidatos que receberem grau mínimo de 7,0 (sete) em cada uma das fases. Para a composição da nota final o peso da 1ª fase (avaliação e defesa oral do projeto de pesquisa) será de 3,0 (três) e o peso da 2ª fase (entrevista) será de 2,0 (dois).

3.2.8. Após a realização das duas etapas da seleção, serão classificados os primeiros colocados de cada uma das subáreas indicadas no momento da inscrição, conforme o número de vagas previstas no item 2.2 deste edital, desde que tenham obtido a nota mínima de 7,0 (sete) como resultado final da média ponderada obtida em ambas as etapas.

3.2.9. Em caso de empate serão selecionados os candidatos que obtiverem as melhores notas, sucessivamente, na prova de conhecimento, no pré-projeto de dissertação, na entrevista e na prova de proficiência em línguas. Persistindo o empate, prevalecerá o candidato de maior idade.

3.3. Candidatos estrangeiros não residentes no Brasil

Os candidatos estrangeiros não residentes no Brasil participarão apenas da segunda etapa, ocasião em que será necessário demonstrar proficiência na língua portuguesa.

3.4. Cronograma

Para as diferentes etapas do processo seletivo, o candidato deverá estar munido do documento de identidade. As etapas serão realizadas segundo o cronograma abaixo:

3.4.1. Primeira etapa

Dia	Horário	Atividade	Local
04.08.11	13h	Entrada nas salas e conferência dos documentos de identidade e assinaturas.	Faculdade de Direito da UFF, Niterói-RJ
	14h	Prova de conteúdo e de língua estrangeira.	
12.08.11	18h	Divulgação do resultado da primeira etapa e da relação do dia e horário da defesa oral de cada candidato aprovado.	Internet

3.4.2. Segunda etapa

Dia	Horário	Atividade	Local
25 e 26.08.11	9h30min-20h	Entrega dos comprovantes dos títulos constantes dos currículos apresentados (conforme item 2.4.6), defesa oral dos pré-projetos de pesquisa e entrevista.	Faculdade de Direito da UFF, Niterói-RJ
29.08.11	18h	Divulgação do resultado da segunda etapa e do resultado final do concurso.	Internet

Dependendo do número de candidatos inscritos, ambas as etapas deste certame poderão ser unificadas nos dias 04, 05 e 06.08.2011, de modo que todos os candidatos que participarem da primeira etapa também poderão participar da segunda etapa, mediante prévia comunicação a ser oportunamente divulgada na Secretaria Executiva do PPGJA, Núcleo de Ciências do Poder Judiciário (Nupej), localizado na Rua Professor Hernani Melo, nº 84, São Domingos, Niterói-RJ, tel.: 55 (21) 2629-2511 e no seu site < www.nupej.uff.br/ppgja >.

3.5. Local de realização da seleção

As duas etapas do concurso serão realizadas na Faculdade de Direito, situada na Rua Presidente Pedreira, nº 62, Ingá, Niterói-RJ. Oportunamente, serão comunicadas as salas correspondentes. Será desclassificado o candidato que não comparecer no horário, assim como aquele que faltar a qualquer das etapas da seleção.

3.6. Comissão examinadora

A Comissão Examinadora, presidida pelo Coordenador do PPGJA, será composta pelos membros do corpo docente do Programa e por convidados especialistas.

3.7. Divulgação dos resultados

Os resultados de todas as fases da seleção estarão à disposição dos candidatos no site do PPGJA < www.nupej.uff.br/ppgja >.

3.8. Devolução dos documentos

Os documentos pessoais estarão disponíveis aos respectivos candidatos por até 30 (trinta) dias, a partir da data da divulgação do resultado final, quando, então, serão destruídos.

3.9. Recursos

Serão admitidos recursos, até 2 (dois) dias úteis após a divulgação do resultado de cada etapa, que estiverem fundamentados nos critérios adotados neste edital, não se permitindo a vista de provas antes do final do certame.

4. MATRÍCULA

O candidato aprovado e classificado, já tendo apresentado, no momento da inscrição, o diploma de graduação do curso reconhecido (frente e verso), a cópia do CPF e da identidade, bem como a ficha cadastral (Anexo VI) corretamente preenchida, terá sua matrícula automaticamente efetuada junto ao órgão responsável desta Universidade (PROPPi).

4.1. Estrangeiros - títulos obtidos no exterior

A matrícula dos estrangeiros não residentes ou daqueles que tenham obtido título de graduação no exterior, estará condicionada, além da apresentação dos documentos acima, ao encaminhamento do histórico do respectivo curso e ao referendo correspondente pelo Colegiado do PPGJA dos estudos realizados no exterior. As cópias do diploma de graduação e do histórico deverão estar autenticadas pelo consulado brasileiro no país onde foram expedidos e acompanhados de tradução juramentada.

A aceitação dos títulos emitidos por universidades estrangeiras para fins de matrícula no PPGJA não garante aos estudantes a equivalência de títulos para fins de revalidação ou registro que objetive o exercício da profissão no território brasileiro.

Será eliminado o candidato que, apesar de aprovado e classificado, não comparecer para a realização da matrícula, sendo convocado o candidato seguinte, de acordo com a ordem de classificação na subárea indicada quando da inscrição.

5. ADMISSÃO DE ALUNOS ESPECIAIS

Após o término do período de inscrição nas disciplinas, em dia a ser oportunamente comunicado, será aberto prazo para que os demais aprovados (não classificados) no concurso para ingresso no mestrado profissional solicitem uma vaga na condição de aluno especial. Quando da solicitação, o candidato a aluno especial deverá indicar sua subárea, que será a mesma do concurso para ingresso no mestrado profissional, bem como as disciplinas optativas que tiver interesse, por ordem de preferência. A seleção dos alunos especiais será de responsabilidade de comissão específica, designada pela presidência e pela coordenação da banca examinadora, a qual classificará os candidatos de acordo com a nota final obtida no concurso para ingresso no mestrado profissional. Cada aluno especial poderá participar de até 2 (duas) disciplinas disponíveis, uma por semestre letivo. As disciplinas e o número de vagas – por disciplina e subárea – serão divulgados semestralmente.

Os alunos especiais não serão matriculados no Curso, tampouco terão vantagens para ingresso posterior como aluno regular. Para receber declaração final de participação, o aluno especial precisará concluir, com aproveitamento, a disciplina correspondente.

6. GRATUIDADE

O Mestrado Profissional do PPGJA é um curso gratuito, o que abrange a isenção de taxa de inscrição.

7. DIPLOMA

O título de mestre obtido nos cursos de mestrado profissional reconhecidos e avaliados pela Capes e credenciados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) tem validade nacional.

8. BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

Como referência, consta no Anexo V parte da bibliografia integrante das disciplinas do Curso.

9. CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pela Comissão Examinadora.

A Comissão Examinadora

Niterói/RJ, 13 de maio de 2011.

RICARDO PERLINGEIRO MENDES DA SILVA
Coordenador do programa de pós-graduação em justiça administrativa
#####

ANEXO I**EMENTAS DOS PROJETOS DE PESQUISA E DAS DISCIPLINAS****EMENTAS DOS PROJETOS DE PESQUISA**

Projetos relacionados com a linha
“Justiça administrativa e fortalecimento do Estado de Direito”

1. Projeto CÓDIGO MODELO EURO-AMERICADO DE JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA.

O projeto euro-americano Código modelo de jurisdição administrativa, vinculado ao Grupo de Pesquisa Efetividade da Jurisdição (GPEJ), e concebido no âmbito da Universidade Alemã das Ciências da Administração Pública de Speyer (Deutsche Hochschule für Verwaltungswissenschaften Speyer/DHV) e da Universidade Federal Fluminense (UFF). O referido projeto, cujo objetivo é elaborar, sobre uma base comparativa, um código modelo para a jurisdição administrativa, vem sendo desenvolvido por meio de colóquios presenciais e de discussões via e-mail, com a participação de docentes das seguintes universidades: Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Paris 1 - Panthéon-Sorbonne, França; Universidade Jaume I, Espanha; Universidade de Milão, Itália; Universidade de Buenos Aires, Argentina; Universidade Católica Andrés Bello, Venezuela; Universidad Mayor de San Andres, Bolívia; Universidade de Erfurt, Alemanha; Universidade Externado da Colômbia, Colômbia. Também relacionado com as atividades do projeto em questão as desenvolvidas em conjunto com a Universidade de Málaga, nas áreas da jurisdição administrativa e da cooperação interjurisdicional na Ibero-América.

2. Projeto A FORMAÇÃO DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA NO BRASIL. A preocupação fundamental dessa investigação é a efetividade do controle jurisdicional da administração, regra fundamental de direitos humanos e, na realidade, a própria garantia do Estado de Direito. Portanto, investe para desvendar as motivações e paradigmas na formação da justiça administrativa no Brasil que ultrapassa a observação da trajetória dessa justiça na contextualização socioeconômica, para verificar também as ideias dos juristas pensantes na montagem desses aparatos e dos atores dessas instâncias, permitindo visualizar e comparar criticamente não só tais correntes de pensamentos, como a circulação dessas ideias ao longo dos tempos e nos países do ocidente, mormente aqueles que apresentem modelos próprios e inspiradores de outros; por fim, uma análise comparativa das estruturas e práticas dos sistemas ocidentais de jurisdição administrativa, de forma a se considerar modelos comuns, coincidências e discrepâncias indicadoras de caminhos seguros. Visa identificar e interpretar a formação da jurisdição administrativa e o papel que esta desenvolveu na construção da Nação e o seu envolvimento na defesa dos direitos humanos e no fortalecimento do Estado de Direito.

3. Projeto IMPACTO ECONÔMICO DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA. O impacto econômico (consequência indireta) da jurisdição administrativa pode ser concebido sob duas perspectivas distintas: a) a da qualidade da prestação jurisdicional em um contexto amplo, associando o desenvolvimento econômico a um sistema judiciário administrativo economicamente eficiente: aparelhado, qualificado, independente, efetivo e, sobretudo, previsível e uniforme; e b) a da qualidade da prestação jurisdicional em um contexto mais estreito, voltado para um processo judicial justo e confiável, não apenas pelos indicadores estruturais acima mencionados, mas, sobretudo, pela existência de uma jurisdição administrativa que admita decisões judiciais fundamentadas em aspectos socioeconômicos quando diante de litígios em que direitos dos cidadãos são confrontados com o interesse público. Neste contexto, o diálogo entre economistas e juristas, a partir de uma concepção de justiça distributiva, de uma perspectiva econômica de interesse público (bens comuns ou coletivos/public goods) e de situações concretas, deve buscar referenciais e tentar identificar critérios (impessoais e abstratos) claros e objetivos que sejam capazes de dimensionar economicamente os valores constitucionais tensionados nos litígios de interesse da administração pública. Para tornar minimamente factível esse objetivo, imprescindível seria considerar as modalidades e as áreas da atuação administrativa. Igualmente importante seria transitar sobre uma classificação quanto aos efeitos

econômicos da decisão judicial que se sujeita àquele desafio: a) em função do momento - impacto imediato, impacto mediato, impacto diferido no tempo; b) em função do espaço físico - impacto local, regional, nacional e transnacional (comunitário e internacional); c) em função dos interessados - impacto a interesse individual, coletivo ou difuso; d) em função da natureza dos bens sub judice: bens patrimoniais e não patrimoniais. O projeto busca identificar, a partir de um conceito econômico de interesse público (bens comuns ou coletivos/public goods), referenciais axiológicos e critérios econômicos que possibilitem a incorporação de conhecimentos de economia na fundamentação das decisões judiciais e que, ainda, contribuam para a diminuição do grau de discricionariedade dos magistrados quando da ponderação de valores constitucionais tensionados e associados a interesse público nos litígios em que haja participação da Administração Pública.

4. Projeto JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS DE SAÚDE. No Brasil, Direito e Saúde são campos de saberes e práticas que vêm ganhando notoriedade no âmbito judicial, acadêmico e de gestão dos sistemas de saúde. Considerando preliminarmente estas questões, iniciou-se um movimento de desenvolvimento de projetos interdisciplinares, envolvendo o Direito e Saúde como um campo de ensino, pesquisa e extensão universitária. Nesse contexto, o Programa de Pós-Graduação em Justiça Administrativa da Universidade Federal Fluminense desenvolve pesquisas relacionadas à judicialização do direito da saúde e, em especial, das políticas públicas de saúde, em uma perspectiva comparada, e tendo como foco o acesso a serviços e produtos, e a incorporação de novas tecnologias aos sistemas públicos de saúde. Pretende-se com estes estudos aprimorar o debate teórico sobre o tema e contribuir com o sistema judiciário no enfrentamento destas questões.

Projetos relacionados com a linha
“Inovações na gestão dos órgãos de justiça administrativa”.

5. Projeto DINÂMICA DA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM DIREITO: DA GESTÃO DOCUMENTAL À COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA. O objetivo deste projeto é estudar a dinâmica da produção do conhecimento na área do Direito, tendo em vista conhecer, levantar e analisar os procedimentos de tratamento da informação e as fontes de informação/documentos (impressos e digitais) que são gerados, acessados/usados e socializados pelos profissionais em Direito. Ou seja, temos como proposta de pesquisa examinar a estrutura, o fluxo e a comunicação da informação em Direito, para identificar e conhecer os padrões de comunicação dos profissionais e pesquisadores da área do Direito bem como as fontes de informação em sua ampla acepção (instituições, eventos, documentos e serviços), produzidas no âmbito desta área de conhecimento e reconhecidas como relevantes por seus membros, produtores e usuários desta informação. Mediante o reconhecimento de que estas são peças fundamentais para a tomada de decisão e transferência do conhecimento, pretende-se mapeá-las, analisá-las e descrevê-las, sem perder de vista o crescimento exponencial das novas tecnologias e dos novos interesses informacionais e comunicacionais no Direito. Neste sentido, estuda-se igualmente a certificação digital, pois esta vem sendo reconhecida e adotada pelo Poder Judiciário como um importante instrumento para automatizar procedimentos, adiantar processos e reduzir custos. Assim, pretende-se também investigar os diversos usos das novas tecnologias de informação e comunicação no Poder Judiciário. Serão ainda considerados para estudo o comportamento e as especificidades informacionais dos segmentos das comunidades científicas em Direito na atualidade. Analisaremos, também, como acontece a articulação entre conhecimento científico explícito e tácito. Tentaremos, então, mostrar a interação entre a gestão do conhecimento e o sistema de comunicação científica no Direito. Em relação ao estudo sobre certificação digital, teremos, como produto esperado, a proposição de métodos e modelos que aperfeiçoem as aplicações em curso.

6. Projeto ÉTICA, MÍDIA E JUDICIÁRIO. A linha de pesquisa apresenta três vertentes de trabalho: a primeira enfoca o processo de construção e o conteúdo das normas que orientam as atividades de um Juiz para o exercício da jurisdição, dentre os quais principalmente o Código de Ética da Magistratura. A segunda investiga as relações entre mídia e Judiciário no Brasil, partindo da hipótese de que a atividade jornalística, em seus diferentes suportes, influencia ou pode influenciar as decisões judiciais e o próprio comportamento dos operadores do direito no mundo contemporâneo, marcado pela midiatização das relações sociais e pelas urgências da comunicação em "tempo real". A terceira analisa os aspectos ético-morais imbricados na relação do Poder Judiciário com a mídia, vislumbrando, por um lado, as possíveis

implicações desta relação na formação da opinião pública e, por outro lado, perscrutando a influência da opinião pública sobre o Poder Judiciário.

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

Disciplinas obrigatórias

BASES HISTÓRICAS E POLÍTICAS DA JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

Ementa: A justiça, a sociedade e o controle da Administração Pública no Brasil Colônia a partir dos modelos centralizados da Europa Continental. A construção do aparato burocrático e a correlação com o processo de independência no Brasil. O papel do Poder Moderador no Império brasileiro e a doutrina francesa. A dualidade de jurisdição francesa e o liberalismo na construção da nação brasileira. A reforma do Judiciário no movimento do liberalismo e controle dos atos administrativos. Os modelos jurisdição administrativa e a adequação republicana. A ideia do acesso à justiça na América do Sul. A Emenda Constitucional nº 45/2005.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS E REGRAS GERAIS DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA

Ementa: A presente disciplina objetiva abordar os princípios fundamentais e regras gerais da jurisdição administrativa que, independentemente do sistema vigente (monista ou dualista), devem orientar as instituições políticas e judiciárias quando comprometidas com a pacificação social sob primazia do Estado de Direito e da proteção dos cidadãos. Nesse contexto, sendo de menor importância saber se tais princípios ou regras estão reunidos em um código processual autônomo ou em um outro diploma legislativo qualquer, examinam-se, por exemplo, os poderes do juiz sobre matéria probatória, a densidade do controle jurisdicional (discricionariedade, interesse público e políticas públicas), a autoridade da coisa julgada em favor do cidadão e a execução forçada de decisões judiciais que, nos litígios de direito público ou nos que houver interesse da Administração Pública, dependem necessariamente de um tratamento diferenciado.

ANÁLISE ECONÔMICA DO INTERESSE PÚBLICO

Ementa: Esta disciplina visa, por um lado, apresentar conceitos básicos da microeconomia para, através das concepções do mercado e do bem-estar, chegar a uma percepção das razões pelas quais é necessária a atuação do Estado na economia. Por outro lado, apresentam-se modelos macroeconômicos que visam explicar por que a atuação do Estado é necessária para contrabalançar os movimentos cíclicos da economia. Por meio dessa abordagem dual (micro e macro), abrem-se diversas possibilidades para a discussão e maior compreensão do interesse público sob perspectiva econômica.

METODOLOGIA DA PESQUISA CIENTÍFICA E JURÍDICA

Ementa: Conhecimento e ciência. O significado da ciência moderna. Ciência, técnica e ideologia. Teorias do conhecimento. Principais métodos: Positivismo, Hermenêutica, Dialética. Discussão dos projetos de dissertação em fase de elaboração e no domínio da pesquisa jurídica. Produção de conhecimento e práticas de investigação no campo do judiciário. Diferentes abordagens metodológicas da pesquisa jurídica e suas etapas: definição do problema, procedimentos de coleta de dados, construção de categorias de análise, estudo e interpretação dos dados. Normalização de trabalhos acadêmicos.

Disciplinas optativas

A COOPERAÇÃO INTERJURISDICIONAL E AS CAUSAS TRANSNACIONAIS DE INTERESSE ESTATAL

Ementa: A necessária especificidade de princípios fundamentais e regras gerais para a jurisdição administrativa, atendo-se ao Estado de Direito e à proteção dos direitos do cidadão, gera reflexo nas situações jurídicas conflituosas transnacionais – de direito público ou de interesse da Administração – que sujeitas a regras de cooperação interjurisdicional onde não se consideram comumente aspectos do direito público. O curso almeja, a partir da natureza pública ou privada do litígio transnacional, uma compreensão reflexiva dos princípios de cooperação interjurisdicional, tais como o da cláusula da ordem pública, da reciprocidade de tratamento ou da imunidade à jurisdição.

IMPACTO SOCIAL DA JURISDIÇÃO ADMINISTRATIVA

Ementa: As prerrogativas processuais da Administração Pública nos processos envolvendo a Administração Pública em seus diferentes níveis administrativos comportam, além de uma análise estritamente jurídica, uma reflexão sociológica com o propósito de buscar compreender os possíveis fundamentos dessas vantagens processuais e suas conseqüências para a ordem pública brasileira. Nesse sentido, o objetivo do presente curso é o de refletir livremente sobre o tema, buscando delinear possíveis caminhos para o entendimento do fenômeno, seja em escala global, seja no âmbito brasileiro, na expectativa de iniciar um amplo projeto de pesquisa sobre o tema, com foco no impacto social das decisões de caráter administrativo adotadas pelo Estado, considerado em seus três Poderes constitutivos. Considera-se como um ponto de partida epistemológico central que todas as decisões emanadas de qualquer órgão do Estado, independente do Poder originário, têm conseqüências sociais importantes seja, entre outras razões, porque estabelece os marcos jurídicos/legais que servem de referência para as interações sociais, porque retiram recursos do conjunto de indivíduos/empresas para financiamento de suas ações, ou porque estabelecem mecanismos de distribuição da riqueza socialmente produzida entre os diferentes grupos sociais que compõem uma sociedade, afetando, dessas diversas formas, os interesses dos membros da sociedade. O curso, no entanto, terá um foco mais definido no estudo e análise das decisões judiciais que dizem respeito à Administração Pública, especificamente o Poder Executivo, em função da centralidade desta instituição para o funcionamento da sociedade e dos efeitos diversos que as decisões relacionadas a ela representam para a vida social. Nesse contexto, pretende-se abordar os seguintes pontos: Estado e sociedade. Análise histórica e funcional; Desigualdades sociais, conflitos e Poder: As formas da dominação social; Poder Administrativo: Pacificação interna? Justiça social e desigualdade social; Democracia, Cidadania e Direitos Humanos; A judicialização da política e das relações sociais: O novo papel do Poder Judiciário; O Poder Judiciário no Brasil Pós-CRFB/88; Prerrogativas da Administração Pública e Justiça Social; Conflito de interesses e Justiça: “Neutralidade” nas decisões judiciais? Conseqüências sociais das decisões da Justiça Administrativa.

INTERESSE PÚBLICO E ESCOLHA PÚBLICA

Ementa: Esta disciplina apresenta a metodologia desenvolvida pela teoria da escolha pública (Public Choice) com o objetivo de fornecer as ferramentas econômicas utilizadas na análise de uma questão examinada em regra pelas ciências políticas ou pela sociologia política. Esse objeto de estudo é o processo político de tomada de decisão e as influências sobre as quais é submetido, tais como grupos de interesse, partidos políticos, processo eleitoral, burocracia, escolha parlamentar, sistema judicial, etc. Esta abordagem interdisciplinar se justifica pela interpretação do sistema político como meio democrático de realizar decisões que, segundo as escolas italiana e sueca, representem o interesse público e que sirvam às preferências da coletividade em relação aos bens públicos. A teoria da escolha pública e a teoria da escolha social - que mantêm entre si uma estreita relação - servem de complemento para a tradicional teoria do bem estar, que justifica a atuação estatal a partir das fragilidades do mercado. Por meio da argumentação do fracasso do Estado, tal como ocorre na teoria da escolha pública, chega-se a conclusões importantes que dizem respeito aos limites da atuação do Estado. Uma

primeira parte mais normativa visa estudar os métodos para determinar as preferências da sociedade partindo das preferências individuais, aplicando assim o individualismo metodológico. A segunda parte do curso (análise positiva) aborda em uma análise processual as regras e procedimentos, influências e problemas que, num sistema democrático, permitem passar de preferências diversas de cada indivíduo para uma única escolha coletiva.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE NO BRASIL E O MODO DE PRODUÇÃO DO CUIDADO

Ementa: A construção social e histórica do Sistema Único de Saúde no Brasil e sua constituição legal. A gestão do SUS, seus instrumentos regulatórios, mecanismos de decisão. O conflito/tensão entre o arcabouço jurídico-legal do SUS e a relação entre oferta e demanda de assistência em saúde, sob o princípio da universalidade de acesso à saúde. Os micropoderes no cotidiano de administração dos serviços de saúde. Fundamentos filosóficos, sociais, legais, do cuidado em saúde e sua relação com os modelos assistenciais vigentes. A micropolítica e subjetividade na produção do cuidado em saúde. Será apresentado o mercado e o sistema de saúde no Brasil, e feitas comparações com outros países (OECD, América Latina e países emergentes), no que diz respeito ao financiamento da saúde, e a relação público-privado. Identificar as peculiaridades da produção nos serviços de saúde. A saúde como valor de uso e valor, e sua função pública. Provisão pública: Fundamentos e Financiamento da Seguridade Social e do SUS - Apresenta as bases legais do sistema, do financiamento da seguridade social e do SUS.

ECONOMIA E JUDICIALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS AMBIENTAIS

Ementa: Talvez a principal dificuldade ao se decidir judicialmente sobre um conflito ambiental esteja em mensurar, de maneira mais adequada, os valores em jogo. Muitas vezes princípios constitucionais se confrontam; em especial o direito ao meio ambiente enquanto recurso natural, promovendo a adequada sobrevivência e o progresso e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Também costumam entrar em confronto leituras conservacionistas, calcadas numa visão de natureza que exclui o ser humano, e leituras preservacionistas, que tomam o homem como parte indissociável das políticas ambientais. Some-se a isso a necessidade de uma melhor percepção por parte das políticas ambientais internacionais e nacionais e a correlata dinâmica jurisprudencial nas cortes internacionais, objetivando um alinhamento sobre o tema. Chega-se à conclusão que, para além da compreensão da dogmática jurídica, torna-se necessário o domínio sobre o histórico da questão ambiental e mesmo a compreensão das principais diretrizes das políticas dos executivos federal, estaduais e municipais, correlacionadas à Política Nacional de Meio Ambiente. Nesse contexto, a despeito da vida humana moderna depender essencialmente do uso e da extração de recursos naturais, isso gera uma série de problemas ambientais decorrentes das atividades econômicas (esgotamento de recursos, poluição, aquecimento global, etc.). Porém, assumir uma simples relação concorrencial entre o meio ambiente e a produção econômica seria superficial demais. As diferentes faces dos conflitos ambientais relacionam-se a falhas de mercado e questões de propriedade, o que nos remete a um aspecto de distribuição e de justiça. Assim, a economia do meio ambiente objetiva o estudo de problemas de diferentes áreas. Elabora regras para o uso consciente e a proteção do meio ambiente que atendam ao interesse público e tenta apresentar um olhar diferenciado das possibilidades de uma economia de mercado de proteger os recursos naturais, ao mesmo tempo em que produz bens economicamente valorizados. O papel do Estado na tarefa de regulamentar as atividades econômicas, no que se refere aos seus impactos ambientais, e as dificuldades de assumir este papel são fundamentais. Além disso, enfatizando a crescente urgência dos conflitos ambientais, ganha destaque a análise da política ambiental nacional e mundial. Outro objetivo essencial é buscar a compreensão das razões da existência de um crescente abismo entre os conhecimentos sobre os efeitos ambientais danosos e suas consequências econômicas, e da necessidade de se manter atividades econômicas não-compatíveis com as ideias básicas ambientais, ou seja, do questionamento da possibilidade de construção de um futuro sustentável para as sociedades. Do conteúdo, destacam-se os seguintes pontos: principais correntes de economia do meio ambiente, conceito de sustentabilidade; falhas de mercado e externalidades ambientais, nível ótimo de poluição, instrumentos econômicos para obtenção da sustentabilidade; poluição ótima, padrões de consumo, valoração ambiental, mudanças climáticas; política ambiental.

ÉTICA E JUDICIÁRIO

Ementa: O Juiz, enquanto quem dá efetividade ao direito pela jurisdição, enfrenta a necessidade de conhecer o problema entre as partes, compreendendo o que ocorre e verificando como o direito pode resolver ou contribuir na solução de dada questão. Nesse processo, ele se defronta com expectativas, desejos, valores, necessidades, etc., implícitos aos atores que procuram a jurisdição; igualmente ele, ademais, é detentor de expectativas, desejos, valores, necessidades, etc., e seu julgamento da causa em curso se depara com os referidos elementos que o constituem enquanto ser humano inserido num dado contexto e partícipe de um mundo da vida específico. E ainda são acrescidas a isso as expectativas, os desejos, os valores, as necessidades, inerentes à função que ele assumiu, os quais estão presentes nos Códigos, Resoluções, Regimentos, Decretos, Legislação. Nesse contexto, a presente disciplina tem por objetivo: (a) analisar as principais concepções éticas presentes na contemporaneidade e suas implicações, situando-as sob a ótica da atuação na Magistratura; (b) discutir as imbricações da ética e do direito na construção da democracia, com ênfase no cotidiano das Instituições da Administração Pública de consecução do direito; (c) delinear, a partir do prisma da Ética do Discurso de Habermas, parâmetros de construção de uma ética para os agentes públicos capaz de contemplar as exigências de um Estado Democrático de Direito. O conteúdo programático compreende: (a) ação do Juiz diante das perspectivas éticas na sociedade: apatia, negação, fundamentalismo, reflexão; comunitarismo e universalismo ético; (b) os parâmetros éticos da atuação jurisdicional: justiça, felicidade e dever. A relação Ética-Política-Direito na modernidade e o impacto nas decisões dos tribunais; (c) os aspectos éticos contidos na concepção de Estado Democrático de Direito e o impacto na atuação dos Magistrados.

ARGUMENTAÇÃO, LÓGICA E FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

Ementa: A teoria da motivação da decisão judicial parte do pressuposto de que uma tecnologia democrática que pretenda dar conta de um mundo complexo deve apresentar mecanismos decisórios que permitam a averiguação de seus arrazoados. Não se trata mais de um positivismo imperativista a destilar comandos draconianos, mas de um sistema de ponderação de interesses que presentifica os conflitos e alcança a decisão, enquanto razoabilidade possível, a partir de instâncias deliberatórias ou, ao menos, racionalmente dialógicas. Trata-se de encarar o que é justo enquanto o que é justificável. Vale dizer, é possível encontrar, pela via do discurso, caminhos racionais a elucidar questões controversas traçando um campo referencial que demonstre ser aquela solução a mais razoável diante dos focos argumentativos. Desse modo, o direito a uma decisão motivada pode passar a ser encarado como um princípio democrático, espelhando a transparência da administração pública, em suas interfaces em todos os poderes institucionais. Uma decisão, qualquer que seja, deve poder ser questionada, de forma arguta e amadurecida. Ao se sofisticar a decisão, pela via da motivação, estar-se-á aprimorando, na realidade, todo o sistema judicial, que restará robustecido, pela força da argumentação – integrando-se aos discursos socialmente produzidos e não mais procurando destacar-se desses semanticamente. Nesse sentido deverão ser discutidos aspectos como a moral, a liberdade, o Estado e a implementação motivacional ética. Assim como o discurso racional como teoria da justificação jurídica e o problema da justificação das sentenças jurídicas.

IMPrensa, MÍDIA E JURISDIÇÃO

Ementa: O jornalismo contemporâneo e sua herança iluminista. Gênese e transformações do conceito de “quarto poder”. Justiça, jornalismo e produção de verdade. O discurso do jornal. A questão da objetividade e o caráter político da mediação jornalística. Jornalismo, senso comum e opinião pública. Liberdade de expressão e liberdade de imprensa. Sociedade do espetáculo e “mídiação” da justiça. O trial by media. A produção da notícia e a relação entre fontes e jornalistas: o papel das assessorias de imprensa. Influência do noticiário no campo jurídico. A relação com a mídia e a imagem institucional da Justiça. Autorregulação dos meios de comunicação e ética na era da internet.

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA, GESTÃO DOCUMENTAL E ARQUIVÍSTICA

Ementa: O sistema de comunicação científica e a comunidade científica em Direito: geração, comunicação e divulgação do conhecimento científico. O processo de comunicação científica e a natureza de sua produção em Direito. Estrutura e fluxo da informação em Direito. Comportamento e particularidades informacionais dos segmentos das comunidades científicas com ênfase na comunidade de Direito. Fontes de informação jurídica: tipologias e características. Entidades e instituições como fontes de informação. O acesso e o uso da informação por pesquisadores e profissionais em Direito. A aplicação de princípios da gestão documental para a geração, o tratamento, o uso e o impacto da informação e do conhecimento nos processos de trabalho e suas implicações nas unidades de informação e, em especial, nos arquivos referentes à prestação jurisdicional dos órgãos de justiça administrativa. Os arquivos como espaços sociais do conhecimento e que possuem funções e procedimentos resultantes de teorias, agentes e agências de contextos dinâmicos e sujeitos às demandas e ao uso de informação. O fluxo documental referente aos autos dos processos judiciais estudado à luz dos princípios, procedimentos e metodologias da Arquivística.

INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS E ESTATÍSTICA JUDICIÁRIA

Ementa: As novas tecnologias de informação e comunicação fazem sentir sua influência em todos os setores da sociedade, que hoje apresenta um alto nível de informatização na vida diária dos cidadãos e da maioria das organizações e locais de trabalho. Tornou-se comum o uso de tecnologias em uma grande variedade de atividades pessoais, sociais, educacionais e de negócios. A prática judiciária também sofre forte impacto do desenvolvimento e implantação destas novas tecnologias, que abre novas possibilidades em vários campos que, devidamente aproveitadas, pode levar a uma otimização e incremento da qualidade do exercício da magistratura. Ao lado das inovações tecnológicas, os métodos estatísticos também se apresentam como um instrumento importante de análise de dados presente em praticamente todos os ramos de conhecimento e o sistema judiciário não é uma exceção. Nesse contexto, esta disciplina objetiva apresentar conceitos básicos de probabilidade e estatística, de forma a capacitar juízes para o entendimento de aspectos quantitativos estatísticos, incluindo estudo de distribuições; estudo de relações; produção de dados; introdução à probabilidade; distribuições amostrais; inferência estatística. Com a presente proposta, objetiva-se: (1) instrumentalizar o juiz para o uso das novas tecnologias de informação e comunicação no exercício da sua prática profissional, estudando as várias possibilidades de uso de tecnologias na prática jurídica e os temas atuais de investigação; (2) abordar os conceitos e técnicas de segurança da informação e criptografia envolvidos na questão da Certificação Digital e assinatura digital de documentos; (3) analisar o conceito de modelagem eletrônica de processos e sua fase atual de desenvolvimento; (4) descrever métodos estatísticos quantitativos que possibilitem a um juiz compreender a significância estatística de resultados, compreender o significado de um erro amostral, interpretar corretamente as medidas de variabilidade ou de associação entre variáveis. O conteúdo programático compreende quatro módulos abordando quatro grandes possibilidades de uso das novas tecnologias de informação e comunicação e de métodos matemáticos estatísticos na prática jurídica: criptografia; certificação digital; modelagem de processos e estatística judiciária.

ANEXO II

FICHA DE INSCRIÇÃO DA SELEÇÃO PARA INGRESSO NO CURSO DE MESTRADO
PROFISSIONAL DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO JUSTIÇA ADMINISTRATIVA
(PPGJA) DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF)

Nome completo:

Subárea escolhida:

Escolha a prova de proficiência em língua estrangeira:

() inglês () francês () alemão

Data de Nascimento/Idade:

Identidade:

CPF:

Endereço/Cidade:

Telefones de contato:

E-mail:

Área de formação/Universidade/ano:

Ocupação atual:

Declaro que estou ciente do edital e que estou de acordo com seu conteúdo

Assinatura do candidato

ANEXO III

Roteiro do pré-projeto de dissertação

1. Identificação do candidato (nome)
2. Identificação do pré-projeto:
 - 2.1. Título:
 - 2.2. Temas relacionados ao pré-projeto (até 3)
3. Justificativa da adequação a uma linha de pesquisa do PPGJA e à subárea escolhida (máximo de 10 linhas)
4. Resumo (máximo de 10 linhas)
5. Composição do pré-projeto:
 - 5.1. Tema de pesquisa e hipótese de trabalho
 - 5.2. Objetivos e fundamentação teórica
 - 5.3. Justificativa
 - 5.4. Métodos e técnicas de pesquisa
 - 5.5. Cronograma
 - 5.6. Referências bibliográficas

ANEXO IV

Modelo de Currículo

O Currículo deve ser apresentado no modelo Lattes, conforme disponível no site < <http://lattes.cnpq.br/> >. São dados essenciais do currículo:

- 1.Dados pessoais;
- 2.Formação acadêmica a partir da graduação;
- 3.Experiência profissional pertinente;
- 4.Publicações;
- 5.Participação em eventos acadêmicos.

ANEXO V**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA A PROVA DE SELEÇÃO****JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E ESTADO DE DIREITO**

GRINOVER, Ada Pellegrini. O controle de políticas públicas pelo Poder Judiciário. Revista Magister de Direito Civil e Processual Civil, v. 30, p. 8-30, 2009.

SCHIRATO, Vitor Rhein. O processo administrativo como instrumento do Estado de Direito e da Democracia. In: MEDAUAR, Odete; SCHIRATO, Vitor Rhein (Org.). Atuais rumos do processo administrativo. São Paulo: RT, 2010.

SILVA, Ricardo Perlingeiro Mendes da; BLANKE, Hermann-Josef; SOMMERMANN, Karl-Peter. Código de jurisdição administrativa, o modelo alemão. Rio de Janeiro: Renovar, 2009. p. 13-73.

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E HISTÓRIA

GARCIA, Maria da Glória Pinto Dias. Da justiça administrativa em Portugal. Lisboa: Universidade Católica Editora, 1994. cap. III, parágrafo 1., p. 263-322.

WEBER, Max. Economia e sociedade. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: UnB, 1999. 1. cap. do 1v (teoria da ação social), 3. cap. do 2v (sociologia do Direito).

WIEACKER, Franz. História do direito privado moderno. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1980. quinta parte, p. 397-429, p. 475-535.

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E ECONOMIA

BARRAL, Welber (Org.). Direito e desenvolvimento: análise da ordem jurídica brasileira sob a ótica do desenvolvimento. São Paulo: Editora Singular, 2005.

PINDICK, Robert S ; RUBENFELD, Daniel L. Microeconomia. 6. ed. São Paulo Prentice Hall Brasil, 2007. 672 p. Parte 4: Informação, Falhas de Mercado e o Papel do Governo.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio S. (Org.). Manual de economia. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2006. 606 p. Capítulo 1: Introdução à Economia; Capítulo 10: Regulamentação dos Mercados; Capítulo 12: Teoria Macroeconômica, Evolução e Situação Atual; Capítulo 28: O Setor Público.

STILIGTZ, Joseph.E.; WALSH, Carl E. Introdução à microeconomia. 3. ed. São Paulo: Campus, 2003. 408 p. Capítulo 13: Políticas Governamentais Relativas à Concorrência; Capítulo 16: O Setor Público.

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E SAÚDE COLETIVA

CARVALHO, Ernani. Revisão judicial e judicialização da política no direito ocidental: aspectos relevantes de sua gênese e desenvolvimento. Revista de Sociologia Política, Curitiba, n. 28, p. 161-179, jun. 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br> >.

PARISE, Patrícia Spagnolo. O que é Biodireito? Revista Objetiva, v. 1, p. 33-38, 2007.

LOPES, Luciane Cruz; Barberato-Filho, Silvio; Costa, Augusto Chad; Osorio-de-Castro, Claudia Garcia Serpa. Uso racional de medicamentos antineoplásicos e ações judiciais no Estado de São Paulo. [Rev. saúde pública = J. public health](#); 44(4):620-628, ago. 2010.

Disponível em: < <http://www.scielosp.org/pdf/rsp/v44n4/05.pdf> >

CHIEFF, Ana Luisa & BARATA Rita Barradas. Judicialização da política pública de assistência farmacêutica e equidade. Cad. de Saúde Pública, Rio de Janeiro 25 (8), 1839-1849, ago. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.org/pdf/csp/v25n8/20.pdf> >

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E ÉTICA

GUBINO PELAYO, José de Jesús. La estatura ética del juez como garantía al justiciable. Revista del Instituto de la Judicatura Federal, n. 20, p. 33-37, 2005.

HABERMAS, Jürgen. Notas programáticas para a fundamentação de uma ética do discurso. In:____. Consciência moral e agir comunicativo. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

LEANDRO, Armando Acácio Gomes. A ética na formação dos magistrados. Revista da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia, n. 7, p. 49-64, 2000.

NALINI, José Renato. O juiz e seu modo ético de ser. Revista da ESMAPE (Escola Superior da Magistratura de Pernambuco), v. 1, n. 1, p. 211-229, 1996.

PLATAS PACHECO, María del Carmen. Prudencia y justicia : exigencias de la ética judicial. Revista del Instituto de la Judicatura Federal, n. 21, p. 197-213, 2006.

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E MÍDIA

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. Discursos sediciosos – crime, direito e sociedade, Rio de Janeiro, n. 12, p. 253-270, 2002. Disponível em < www.bocc.ubi.pt/pag/batista-nilo-midia-sistema-penal.pdf >.

CAVALCANTI FILHO, José Paulo. O drama da verdade (ou discurso sobre alguns mitos da comunicação), in Observatório da Imprensa nº 311, 11 de janeiro de 2005. Disponível em < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=311CGL003> >.

FISS, Owen. A ironia da liberdade de expressão. Estado, regulação e diversidade na esfera pública. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

GARAPON, Antoine. O juiz e a democracia: o guardião das promessas. Rio de Janeiro: Revan, 2001, caps. 3 e 4 (p. 75-120).

LIMA, Venício A. de. Liberdade de expressão x liberdade de imprensa. São Paulo: Publisher Brasil, 2010.

MORETZSOHN, Sylvia. Pensando contra os fatos: jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico. Rio de Janeiro: Revan, 2007, capítulos 2 e 3 (p. 105-284).

_____. As encruzilhadas da ética em tempos de “nova mídia”. Brazilian Journalism Research, vol. 5, nº 2, 2º semestre de 2009. Disponível em < <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=589DAC002> >.

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CONARQ (Brasil). Legislação arquivística brasileira. In:____ Resoluções do Conselho Nacional de Arquivos. Disponível em:

< <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm> >. Acesso em: 12 maio 2010.

CORDEIRO, Rosa Inês de Novais; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. Justiça Tecnológica: um estudo sobre a relação entre as novas tecnologias de comunicação e de informação e o Direito. In: ENCONTRO

NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB, 10., 2009, João Pessoa. Anais ... Paraíba: Ancib; UFPB, PPGCI, 2009.

LÉVY, Pierre. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. São Paulo: Editora 34, 1993.

MEADOWS, A. J. A comunicação científica. Brasília, Briquet de Lemos Livros, 1999.

SANTOS, Vanderlei Batista dos (Org.). Arquivística: temas contemporâneos. Brasília, DF: SENAC, 2007.

SILVA, Antonio Malheiro da; RIBEIRO, Fernanda. Recursos de informação: serviços e utilizadores. Lisboa: Universidade Aberta, 2010.

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA

HÄBERLE, Peter. Hermenêutica constitucional. A sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e "procedimental" da Constituição. Tradução de Gilmar Ferreira Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1997.

ROULAND, Norbert. Nos confins do direito. Antropologia jurídica da modernidade. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Capítulo V. Direitos e valores, pp. 223-317.

VIANNA, Luiz Werneck et al. A judicialização da política e das relações sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Revan, 1999. Introdução, pp. 15-44.

JUSTIÇA ADMINISTRATIVA E INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS

Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

FIGUEIREDO, Luiz e COSTA, Celso. Introdução à Criptografia. Rio de Janeiro, Cadernos de Criptografia, p. 7 a 33, 2010.

Certificação Digital – O QUE É CERTIFICAÇÃO DIGITAL? Texto disponibilizado pelo ITI em <www.iti.gov.br/twiki/pub/Certificacao/CartilhasCd/brochura01.pdf>.

FIGUEIREDO, Luiz. Criptografia Geral 1. Rio de Janeiro, Cadernos de Criptografia, p. 65 a 78, 2010.

DECISÃO PPGJA, N.º 01 de 10 de maio de 2011.

EMENTA: Constituição da Banca Examinadora do Concurso de Seleção para o ingresso de alunos em 2012 na turma do Mestrado Profissionalizante do PPGJA.

O Colegiado de Curso do Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa (PPGJA), no uso das suas atribuições, conforme deliberado em reunião ocorrida no dia 01 de março de 2011,

DECIDE:

Constituir a Banca Examinadora do Concurso de Seleção para o ingresso de alunos, em 2012, na turma do Mestrado Profissionalizante do PPGJA, composta dos seguintes professores:

Dr. RICARDO PERLINGEIRO MENDES DA SILVA, Presidente
Dr. EDSON ALVISI NEVES, Coordenador Executivo
Dr. GILVAN LUIZ HANSEN
Dra. ROSA INÊS DE NOVAIS CORDEIRO
Dra. SANDRA LÚCIA REBEL GOMES
Dr. RUY AFONSO DE SANTACRUZ LIMA
Dra. SYLVIA MORETZSOHN
Dr. TÚLIO BATISTA FRANCO
Dr. WILSON MADEIRA FILHO
Dr. LUIZ MANOEL SILVA DE FIGUEIREDO
Dr. CARLOS GABRIEL GUIMARÃES (Suplente)
Dra. FABIANA D'ANDREA RAMOS (Suplente)
Dra. CARMEM APARECIDA DO VALLE COSTA FEIJÓ (Suplente)
Dra. MARIA LÍVIA DO NASCIMENTO (Suplente)

RICARDO PERLINGEIRO MENDES DA SILVA
Presidente do Colegiado do PPGJA
#####

DECISÃO PPGJA, N.º. 02 de 10 de maio de 2011.

EMENTA: Aprovação da grade horária das disciplinas para o ano 2012, com os seus respectivos docentes.

O Colegiado de Curso do Programa de Pós-Graduação Justiça Administrativa (PPGJA), no uso das suas atribuições, conforme deliberado em reunião ocorrida no dia 01 de março de 2011,

DECIDE:

Aprovar a seguinte grade horária para o ano 2012:

Disciplinas	Período	Docentes do PPGJA
Atividade Programada (Congresso, <i>Workshop</i>)	12-16 mar. 2012 8h-13h / 15h-19h	Dr. RICARDO PERLINGEIRO MENDES DA SILVA (Direito), Coordenador Dr. CARLOS GABRIEL GUIMARÃES (História e Economia) Dr. DAVID CAPITANT (Direito) Dr. EDSON ALVISI NEVES (Direito e História) Dra. FABIANA D'ANDREA RAMOS (Direito) Dr. GILVAN LUIZ HANSEN (Filosofia e Direito) Dr. HERMANN-JOSEF BLANKE (Direito e Literatura) Dr. KARL-PETER SOMMERMANN (Direito e História) Dr. LUIZ MANOEL SILVA DE FIGUEIREDO (Matemática) Dra. ROSA INÊS DE NOVAIS CORDEIRO (Comunicação e Cultura) Dr. RUY AFONSO DE SANTACRUZ LIMA (Economia) Dra. CARMEM APARECIDA DO VALLE COSTA FEIJÓ (Economia) Dra. SANDRA LÚCIA REBEL GOMES (Ciência da Informação) Dra. SYLVIA MORETZSOHN (Serviço Social) Dra. MARIA LIVIA DO NASCIMENTO (Psicologia) Dr. TÚLIO BATISTA FRANCO (Saúde Coletiva) Dr. WILSON MADEIRA FILHO (Direito e Letras)
Metodologia da pesquisa científica e jurídica	9-13 abr. 2012 8h-13h / 15h-19h	Dra. SANDRA LÚCIA REBEL GOMES (Ciência da Informação), Coordenadora Dra. ROSA INÊS DE NOVAIS CORDEIRO (Comunicação e Cultura) Dr. GILVAN LUIZ HANSEN (Filosofia e Direito)

Disciplinas	Período	Docentes do PPGJA
Bases históricas e políticas da jurisdição administrativa	7-11 maio 2012 8h-13h / 15h-19h	Dr. EDSON ALVISI NEVES (Direito e História), Coordenador Dr. CARLOS GABRIEL GUIMARÃES (História e Economia)
Análise econômica do interesse público	11-15 jun. 2012 8h-13h / 15h-19h	Dr. RUY AFONSO DE SANTACRUZ LIMA (Economia), Coordenador Dra. CARMEM APARECIDA DO VALLE COSTA FEIJÓ (Economia)
Princípios fundamentais e regras gerais da jurisdição administrativa	2-6 jul. 2012 8h-13h / 15h-19h	Dr. RICARDO PERLINGEIRO MENDES DA SILVA (Direito), Coordenador
Ética e judiciário	30 jul. – 3 ago. 2012 8h-13h / 15h-19h	Dr. GILVAN LUIZ HANSEN (Filosofia e Direito), Coordenador Dra. SYLVIA MORETZSOHN (Jornalismo e Serviço Social),
Argumentação, lógica e fundamentação das decisões judiciais	27-31 ago. 2012 8h-13h / 15h-19h	Dr. WILSON MADEIRA FILHO (Direito e Letras), Coordenador
Comunicação científica, gestão documental e arquivística	24-28 set. 2012 8h-13h / 15h-19h	Dra. ROSA INÊS DE NOVAIS CORDEIRO (Comunicação e Cultura), Coordenadora Dra. SANDRA LÚCIA REBEL GOMES (Ciência da Informação)
Imprensa, mídia e jurisdição	22-26 out. 2012 8h-13h / 15h-19h	Dra. SYLVIA MORETZSOHN (Jornalismo e Serviço Social), Coordenadora Dr. GILVAN LUIZ HANSEN (Filosofia e Direito),
Inovações tecnológicas e estatística judiciária	5-9 nov. 2012 8h-13h / 15h-19h	Dr. LUIZ MANOEL SILVA DE FIGUEIREDO (Matemática), Coordenador
A cooperação interjurisdicional e as causas transnacionais de interesse estatal	5-9 nov. 2012 8h-13h / 15h-19h	Dra. FABIANA D'ANDREA RAMOS (Direito), Coordenadora

Disciplinas	Período	Docentes do PPGJA
Políticas públicas de saúde no Brasil e o modo de produção do cuidado	26-30 nov. 2012 8h-13h / 15h-19h	Dr. TÚLIO BATISTA FRANCO (Saúde Coletiva), Coordenador Dra. MARIA LIVIA DO NASCIMENTO (Psicologia) Dr. RICARDO PERLINGEIRO MENDES DA SILVA (Direito)

RICARDO PERLINGEIRO MENDES DA SILVA
Presidente do Colegiado do PPGJA
#####